

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

ENTREGA E ABERTURA DA LICITAÇÃO NO DIA 30.10.2025, ÀS 08:01 horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME/SP

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 9.466/2025

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA, VISANDO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEME/SP", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

BEATRIZ PAULA CAETANO SANTOS, brasileira, advogada, devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo – sob o nº. 4844344, Endereço eletrônico: beatrizpcaetano.adv@gmail.com, relativamente ao edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME/SP**, com objeto acima discriminado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria interpor, dentro do prazo legal e com apoio no artigo 164 da Lei de Licitações nº 14.133/2021, **REPRESENTAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE EXAME PRÉVIO DE EDITAL, COM PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CERTAME**, aventando a existência de

vícios e graves ilegalidades, restritivos à sadia competição por consoante fatos a seguir articulados.

1.1. DA SÍNTESE FÁTICA E DO EXAME PRÉVIO

Cuida-se de certame licitatório processado na **modalidade Concorrência Eletrônica**, adotando o **critério de julgamento de Menor Preço Global**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para a execução de serviços de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública viária do Município de Leme/SP, abrangendo a substituição e instalação de aproximadamente 9.535 (nove mil, quinhentos e trinta e cinco) pontos de iluminação, além da implantação de 5 (cinco) postes multiaplicações, com valor total estimado em R\$ 6.526.109,34 (seis milhões, quinhentos e vinte e seis mil, cento e nove reais e trinta e quatro centavos) e previsão de abertura das propostas marcada para o dia 30 de outubro de 2025.

A relevância e o vulto da contratação, financiada em parte por recursos de operação de crédito (FINISA), exigem a observância rigorosa das normas da Lei nº 14.133/2021, em especial quanto aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme imposto pelo artigo 37, caput, da Constituição Federal. Contudo, em análise detida do Edital e de seus Anexos, notadamente o Termo de Referência (TR e Anexo I) e o Roteiro de Apresentação das Amostras (Anexo VII), foram identificadas cláusulas de caráter manifestamente restritivo ou ilegal, que **desvirtuam a finalidade do critério de julgamento eleito, impõem exigências desproporcionais e extrapolam os limites da habilitação legalmente previstos**. Tais irregularidades, dadas a gravidade e o risco de prejuízo à competitividade, tornam imperiosa a intervenção cautelar deste Egrégio Tribunal de Contas, visando ao saneamento do instrumento convocatório antes da fase competitiva.

1.2. MANIFESTA ILEGALIDADE CONTIDA NA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CRITÉRIO DE JULGAMENTO ELEITO E A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS AMOSTRAS

A Administração Municipal de Leme/SP **elegeu o critério de Menor Preço Global para o julgamento da Concorrência Eletrônica**, tipologia que, de acordo com o artigo 33 da Lei nº 14.133/2021, pressupõe a verificação da

conformidade do objeto ofertado em relação às especificações mínimas do Edital, em uma análise objetiva e eliminatória.

Contudo, o Anexo VII – Roteiro de Apresentação das Amostras, introduz uma complexa e detalhada metodologia de avaliação das luminárias LED e dos postes multiaplicações que se mostra intrinsecamente incompatível com a natureza do critério de Menor Preço, configurando uma violação do julgamento objetivo e da própria escolha do critério de seleção.

No referido Anexo, a avaliação técnica dos equipamentos, que deveria ser meramente eliminatória (“atende” ou “não atende” as especificações mínimas), está estruturada mediante a atribuição de pontos para diversos itens (aspectos físicos e técnicos), totalizando 5,0 pontos para os requisitos construtivos e 5,0 pontos para os requisitos técnicos das luminárias, e 10 pontos para os postes multiaplicações, exigindo-se que o licitante demonstre satisfatoriamente o funcionamento de, no mínimo, 60% dos itens do objeto, ou classificando a proposta como “aprovada” somente se a “Nota Final” for superior a 5 (Nota 5 até nota 10). Esta sistemática culmina na aplicação de uma fórmula para cálculo de “Nota Técnica Final” (NT), média aritmética das notas obtidas, que é característica do critério de julgamento de Melhor Técnica ou Técnica e Preço (art. 41 da Lei nº 14.133/2021), e não do Menor Preço.

O objetivo do julgamento pelo Menor Preço é garantir a competitividade na esfera econômica, desde que o produto atenda às exigências mínimas de qualidade fixadas na especificação; **a imposição de um sistema detalhado de pontuação em um certame dessa natureza introduz subjetividade e grau de complexidade indevidos ao processo, permitindo que a Administração desclassifique propostas de menor valor com base em pontuações que não garantem, necessariamente, uma superioridade técnica essencial para a execução do objeto e cujos custos adicionais, inerentes à busca por pontuação máxima, recairão sobre o preço ofertado.** Portanto, pleiteia-se a supressão imediata de toda a metodologia de pontuação do Anexo VII, determinando-se que a avaliação da amostra se restrinja à simples verificação de conformidade com as especificações técnicas mínimas, sob pena de restar violado o princípio da isonomia e da objetividade do julgamento.

1.3. MANIFESTA ILEGALIDADE CONTIDA NAS EXIGÊNCIAS DESPROPORCIONAIS E RESTRITIVAS PARA OS POSTES MULTIAPLICAÇÕES

Paralelamente, o Edital estabelece um conjunto de requisitos tecnológicos para os **5 (cinco) Postes Multiaplicações** que se revela **manifestamente desproporcional, desnecessário e incompatível** com o objeto principal da licitação a **modernização e efficientização da iluminação pública viária** do Município de Leme/SP.

As exigências constantes do **Termo de Referência** extrapolam em muito a finalidade do contrato e introduzem obrigações acessórias de alto custo e complexidade, alheias ao núcleo técnico da contratação, tais como:

- **instalação de tela plana colorida para difusão de informações ou publicidade;**
- **sensor de poluição sonora e microestação meteorológica;**
- **dispositivo videofone (“botão do pânico”); e**
- **estrutura preparada para futura instalação de carregador de veículo elétrico.**

Tais funcionalidades, de natureza meramente complementar, **não guardam relação direta com a execução do objeto principal**, nem possuem essencialidade comprovada nos documentos preparatórios (ETP e TR). No entanto, elevam significativamente o custo e restringem a participação de empresas especializadas exclusivamente em iluminação pública segmento que, por si só, atenderia plenamente às finalidades do contrato.

A desproporção é ainda mais evidente quando se observa que os referidos postes representam **menos de 1,5% do valor global estimado da contratação e apenas 5 unidades em um universo de mais de 9.500 pontos de iluminação**. Exigir estrutura multifuncional, de caráter experimental e elevado custo unitário, para um quantitativo tão reduzido **contraria o princípio da economicidade** (art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021) e o **princípio da proporcionalidade**, ao impor ônus técnico-financeiro que não se justifica frente ao benefício marginal obtido.

Ademais, o edital incorre em **dupla ilegalidade**, ao subentender uma avaliação técnica subjetiva desses equipamentos e ao **exigir amostras físicas** de um item complexo e de natureza essencialmente tecnológica, cuja confecção prévia demanda custo expressivo e prazos incompatíveis com o cronograma do certame.

A exigência de amostras, nesses termos, é manifestamente indevida, pois obriga o licitante a fabricar ou adquirir previamente um produto altamente específico e de pouca relevância quantitativa para o objeto total, apenas para demonstrar conformidade técnica de um componente acessório.

Assim, a imposição de amostras físicas de postes multiaplicações, além de carecer de justificativa técnica robusta no ETP, **traduz um critério técnico implícito e subjetivo** em certame cujo critério de julgamento é o **Menor Preço Global**, em clara violação aos arts. 25, caput, 33 e 41 da Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, é imperioso reconhecer que tais disposições comprometem a isonomia, restringem a competição e elevam indevidamente os custos da contratação pública, devendo ser suprimido a necessidade de apresentação de amostra do instrumento convocatório, sendo necessário apenas a apresentação de equipamentos estritamente necessários à consecução do objeto principal da licitação, ou seja, equipamentos de iluminação pública.

1.4. MANIFESTA ILEGALIDADE CONTIDA NA EXIGÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PRÉVIO NA CONCESSIONÁRIA PARA FINS DE HABILITAÇÃO

Outra irregularidade grave, que compromete a legalidade e a isonomia do certame, refere-se à **exigência de credenciamento ou certificação junto à concessionária de energia local (Neoenergia Elektro) como requisito prévio para a participação ou habilitação de licitantes.**

O Termo de Referência, na página 15, item 12.1.1.j, estabelece de forma categórica que **“somente serão aceitos documentos e comprovações técnicas de empresas credenciadas junto à concessionária de fornecimento de energia local”**, o que se insere no capítulo de “Especificação para Execução dos Serviços”, mas claramente implica uma barreira de entrada na fase de habilitação. Esta exigência, além de ser contraditada pelo próprio TR (página 27, item 22.11, que tenta retificar e postergar a comprovação para a fase de execução), não possui amparo no rol taxativo dos documentos de qualificação técnica previstos nos artigos 67 e 68 da Lei nº 14.133/2021.

O credenciamento de equipes ou de profissionais para intervenção em redes energizadas junto à concessionária é uma formalidade necessária para a execução do contrato ou para a emissão da Ordem de Serviço, e não um critério de habilitação da empresa licitante.

Exigir tal credenciamento em momento anterior à assinatura do contrato ou à emissão da Ordem de Serviço restringe o universo de licitantes, privilegiando indevidamente aqueles que já operam na área da concessionária sobre outros, igualmente habilitados tecnicamente.

É pacífico entendimento das Cortes de Contas que requisitos de execução não podem ser transpostos para a fase de habilitação, sob pena de configurar indevida restrição à competitividade e violação dos princípios consagrados da Administração Pública. A manutenção desta cláusula configura vício insanável que deve ser corrigido para que a comprovação do credenciamento perante a Neoenergia Elektro seja exigida apenas como condição para **o início da execução dos serviços**, mediante Ordem de Início, e não na fase de qualificação técnica.

Dessa forma, a **interpretação dúbia e contraditória** entre os dispositivos do Termo de Referência ora exigindo o credenciamento prévio para fins de habilitação, ora postergando-o para a fase de execução **cria insegurança jurídica e abre espaço para julgamentos subjetivos**, conferindo à Administração um indevido poder discricionário sobre matéria que deveria ser objetiva e impessoal. Essa ambiguidade normativa, ao deixar em aberto a definição do momento correto para apresentação do certificado de credenciamento, **submete os licitantes ao “poder da caneta” de quem conduz o certame**, permitindo que a decisão sobre a habilitação de uma empresa dependa da interpretação pessoal do gestor ou da comissão de licitação, o que afronta diretamente o **princípio do julgamento objetivo** (art. 5º, I, da Lei nº 14.133/2021) e compromete a **transparência e a isonomia** que devem nortear todo procedimento licitatório, **por tanto, a exigência do credenciamento na concessionária deve ser suprimida, ou ainda retificado o termo de referência para que tal exigência seja somente para contratada com prazo hábil para sua devida apresentação de certificação.**

2. REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, e considerando as ilegalidades e inconformidades técnicas identificadas no edital da **Concorrência Eletrônica nº 013/2025**, notadamente as exigências desproporcionais, a incompatibilidade entre o critério de julgamento e a metodologia de avaliação técnica, bem como a indevida exigência de credenciamento prévio junto à concessionária de energia, requer-se a Vossa Excelência:

- a) O recebimento e regular processamento da presente **Representação**, com fundamento no **artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021**, por preencher os requisitos formais e materiais necessários **ao exame prévio de edital**, garantindo o exercício do controle preventivo da legalidade administrativa por este Egrégio Tribunal de Contas;
- b) A **concessão de medida cautelar (liminar)**, nos termos do **artigo 169 da Lei nº 14.133/2021**, para determinar a **suspensão imediata do procedimento licitatório** e, em especial, da sessão designada para o dia **30 de outubro de 2025**, a fim de evitar a perpetuação das irregularidades aqui apontadas, resguardando os princípios da **isonomia, competitividade, economicidade e julgamento objetivo**;
- c) Que, ao final, seja **julgada integralmente procedente a presente Representação**, com a consequente determinação à **Prefeitura Municipal de Leme/SP** para que promova a **retificação do edital** e de seus anexos, adotando as seguintes providências corretivas:
- (i) **suprimir integralmente a metodologia de pontuação e cálculo de “Nota Técnica Final” prevista no Anexo VII**, conforme exigido pelo **artigo 33 da Lei nº 14.133/2021**;
 - (ii) **revisar e/ou eliminar as exigências de apresentação de amostras dos postes multiaplicações**, em observância aos princípios da razoabilidade e economicidade;
 - (iii) **excluir a exigência de credenciamento junto à concessionária de energia (Neoenergia Elektro) como requisito de habilitação**, restringindo-a à condição de execução contratual, conforme previsto nos artigos 67 a 70 da Lei nº 14.133/2021;
 - (iv) **promover a republicação do instrumento convocatório devidamente saneado e a reabertura dos prazos de apresentação de propostas**, a fim de restabelecer a ampla concorrência e a segurança jurídica do certame;

- d) **Destaca-se, ainda, que o próprio Município de Leme/SP já conduziu recentemente processo licitatório de objeto semelhante, o qual foi alvo de representações e impugnações perante esta Corte de Contas em razão de irregularidades em seu edital e anexos. À época, o próprio ente optou por revogar o certame antes mesmo da apreciação de mérito pelo Tribunal, reconhecendo, ainda que tacitamente, a necessidade de ajustes. Todavia, ao instaurar novo processo administrativo sem aguardar a definição e correção das falhas do certame anterior, o Município reincide em vícios materiais e formais, submetendo novamente o erário e a coletividade local a um ciclo de instabilidade e insegurança jurídica, que retarda a concretização de serviços públicos essenciais. Essa postura acaba por fazer com que o Município e seus munícipes padeçam na expectativa de que um dia se efetive a tão necessária modernização e efficientização da iluminação pública, cuja execução, mais uma vez, se vê obstada por falhas evitáveis na fase de planejamento e instrução editalícia;**
- e) Por fim, requer-se a intimação da Administração licitante para apresentar manifestação técnica e jurídica sobre os pontos ora impugnados, no prazo regimental, e, após a devida instrução, a confirmação da medida cautelar para que o edital seja ajustado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, as súmulas e precedentes deste Tribunal e os princípios da legalidade, isonomia, ampla concorrência e eficiência, restabelecendo a lisura e a finalidade pública do certame.

Espera exame e deferimento, COM URGÊNCIA.

São José dos Campos, 27 de outubro de 2025

Beatriz Caetano

OAB/SP 484.432